



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Declaração do Fórum Mundial de Educação
EccoS Revista Científica, vol. 5, núm. 1, junho, 2003, pp. 135-138
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71550109>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DECLARAÇÃO DO *FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO*

DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE

PREÂMBULO

A segunda edição do Fórum Mundial de Educação, realizada em Porto Alegre (RS), Brasil, às vésperas do Fórum Social Mundial, reunindo um número de educadoras, educadores e estudantes superior a 15 mil pessoas, representando mais de 100 países de todos os continentes, comprova a expansão e a vitalidade do movimento social que defende a educação pública, laica e gratuita de qualidade para todas as mulheres e homens do Planeta.

Um ano após a realização do primeiro Fórum Mundial de Educação, neste segundo momento de organização coletiva de nossa reflexão sobre os limites e as potencialidades, sobre os recuos e os avanços, sobre as dificuldades e as vitórias de uma educação libertadora e inclusiva, capaz de promover a cidadania ativa, intermulticultural e planetária, retomamos a análise crítica do contexto dominado pela hegemonia do projeto neoconservador e neoliberal e ratificamos nossos compromissos com os princípios, diretrizes e propostas da Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos, proclamada na primeira edição do Fórum Mundial de Educação e agora incorporada a esta Declaração. Nesta, reafirmamos nosso repúdio à mercantilização da educação implementada pelos organismos internacionais e pelos acordos de livre comércio. Também reafirmamos nosso repúdio a toda e qualquer forma de discriminação, a toda e qualquer ação unilateral de força que, neste contexto internacional, ameaça a paz mundial, ratificando, portanto, nosso compromisso incondicional com a paz, que é a ambiência adequada à construção da liberdade, da igualdade, do respeito às diferenças e da solidariedade.

Entendemos que os princípios, as diretrizes e os rumos apontados naquele documento continuam sendo referências obrigatórias para quem quer que esteja comprometido com a luta pela universalização da educação pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Entendemos também que precisamos avançar em nossos propósitos, dando consequência prática aos compromissos assumidos.

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 1
v. 5

jun.
2003

135

Como nossas proclamações anteriores têm sido construídas a partir de elaborações coletivas, o princípio da socialização do processo de tomada de decisões, cada vez mais ampliado, deve continuar sendo um parâmetro obrigatório para a formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos educacionais, que propomos como estratégia de avanço nesta caminhada inclusiva para todos os homens e mulheres da Terra. Portanto, o Plano de Ação, que enxergamos como necessário no horizonte, não pode nascer de um pequeno grupo de cientistas e pedagogos nem, muito menos, de uma minoria de detentores do poder, mas do conjunto dos diversos segmentos sociais mobilizados e organizados.

DECLARAÇÃO

Além dos princípios e diretrizes assumidos na Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos, proclamamos os seguintes compromissos:

- I – Estabelecer, como utopia pedagógica, a Escola Cidadã, dever do Estado, sob controle social, construída por todos e todas, constituindo-se de um currículo intermulticultural – portanto, não indiferente às diferenças – potencializadora de vivências democráticas, com processos de avaliação emancipadora e produtora de conhecimentos que preparem todos os seres humanos para o protagonismo ativo, nos contextos específicos de seus respectivos processos civilizatórios. Fazem parte desta utopia o desenvolvimento e o apoio a todas as formas de movimentos pela Educação Popular – propulsora do processo de transformação político-econômico-cultural da sociedade.
- II – Garantir a oferta de Educação Infantil às crianças de zero a seis anos, de modo a permitir o seu pleno desenvolvimento.
- III – Universalizar a educação básica para todos os habitantes da Terra em idade escolar, para os que a ela não tiveram acesso na idade própria e para os que dela foram expulsos, assegurando sua formação para o exercício da cidadania plena.
- IV – Assegurar a educação secundária para todos os concluintes da educação primária, como parte constitutiva da formação básica a que todos os cidadãos e cidadãs têm direito.

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 1
v. 5

jun.
2003

- V – Fundamentar e estruturar a educação tecnológica em uma formação geral de qualidade, capaz de propiciar a participação de todos e todas no mundo do trabalho, numa perspectiva emancipatória.
- VI– Garantir o direito, o acesso e a qualidade social da educação superior, nas suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a todos e todas que a demandarem.
- VII– Condenar a apropriação privada do conhecimento científico e tecnológico como mera acumulação econômica que se baseia na espoliação humana, já que seus autores o geraram graças à conjugação do esforço coletivo, constituindo patrimônio da humanidade.
- VIII– Ofertar educação especial, de modo a garantir, aos portadores de necessidades especiais e em situação de risco, a prioridade de atendimento.
- IX– Garantir, prioritariamente, aos oprimidos, silenciados, explorados e marginalizados do mundo, o usufruto da riqueza socialmente produzida, de forma a compensar a dívida que lhes foi imposta à revelia de suas aspirações, projeções, ideais e direitos.
- X – Garantir os direitos trabalhistas e sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e o exercício da liberdade de expressão em todos os níveis e modalidades de ensino.
- XI– Fortalecer a luta para transformar as comunidades rurais e urbanas em espaços pedagógicos, de modo a construir as Cidades Educadoras, reestruturando e mobilizando todos os seus recursos, em todos os seus setores e instâncias.

Assim, orientadas e orientados por essas referências epistemológicas, políticas e éticas, declaramos nosso compromisso com o esforço de mobilização e organização de todos os segmentos das sociedades a que pertencemos, no sentido de elaborar uma Plataforma Mundial de Educação que contenha princípios e diretrizes, metas e objetivos, estratégias de implementação e de potencialização de recursos, cronograma e processo de avaliação periódica, de modo a permitir políticas, planos, programas e projetos educacionais, em todos os níveis de ensino e para todos os povos da Terra.

A Plataforma deverá favorecer a mobilização, a participação social e a construção democrática de propostas elaboradas pelas diversas formas de organização da sociedade. Sua consolidação dar-se-á em patamares sucessivos e

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 1
v. 5

jun.
2003

ampliados, do local até o nível nacional, sendo aprovada pelas instâncias de representação envolvidas no processo, garantindo a descentralização e universalização das decisões.

A Plataforma Mundial de Educação será formulada e proposta em Fóruns constituídos em cada um dos países que participaram das duas edições do Fórum Mundial de Educação, bem como em outros que vierem a aderir a este movimento, no decorrer do ano de 2003. Sua consolidação será iniciada no III Fórum Mundial de Educação e seu objetivo final é o de construir a educação para um outro mundo possível.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2003

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 1
v. 5

jun.
2003

138